ESPECIAL
PT notícias
SEMANÁRIO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES
JUNHO/97

SEM MEDO DE APURAR

Cerco ao PT mostra queda de FHC

Nos últimos dias, nosso Partido e nossos principais dirigentes, em particular Lula e José Dirceu, foram submetidos a um bombardeio de acusações jamais visto na nossa história. A partir de insinuações, desacompanhadas de qualquer tipo de prova, grande parte da mídia nacional foi mobilizada com o objetivo de tentar jogar Lula e o Partido dos Trabalhadores para o centro do furacão de denúncias de corrupção então concentradas na compra de votos a favor da reeleição.

Para a Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, este ataque ao PT não é gratuito. O projeto neoliberal, depois de dois anos da mais ampla ofensiva política e ideológica, experimenta sérios revezes. Ao lado das dificuldades com a política de câmbio e de juros, FHC é levado a enfrentar questões como a aprovação da emenda da reeleição, reforma agrária e privatização da Vale. A insatisfação popular começa a manifestar-se nas ruas do ABC paulista, no Pontal do Paranapanema, em Itabira (MG), berço da Vale, e culmina com o grande ato pela reforma agrária realizado em Brasília.

FHC despenca nas pesquisas de opinião pública. O mar de lama produz novas ondas a cada dia. A manchete da *Folha de S. Paulo* de 1º de junho, "Novo Celular chega a São Paulo sem Licitação" – naturalmente bem-comportada –, revela o escândalo da concorrência da banda B da telefonia celular, o grande negócio do momento. Seus reflexos na base de sustentação de FHC são tão graves que precisam ser escondidos da opinião pública, papel a que se presta parte da mídia nacional.

A partir de entrevista do ex-secretário de Finanças da Prefeitura de São José dos Campos, concedida ao repórter Luiz Maklouf e publicada pelo *Jornal da Tarde* de segunda-feira, 26, parte importante da mídia se mobiliza para acusar o PT de prática de corrupção. Alguns setores ficam apenas com a denúncia de que houve omissão da direção partidária. A operação já dura oito dias e quer convencer a opinião pública de que o PT estaria envolvido com corrupção.

> ***Para a Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, este ataque ao PT não é gratuito***

O PT já em outras vezes foi vítima de campanhas difamató-rias. Em 1986, foi responsabilizado pelas mortes de dois trabalhadores em Leme, interior de São Paulo; em 1989, pela autoria do seqüestro do empresário Abílio Diniz. Depois, foi acusado de desviar verbas dos sindicatos. A vida pessoal de Lula foi devassada. Miriam Cordeiro, sua ex-namorada, foi para as manchetes acusar o candidato do PT. Neste massacre sem ética, o repórter Luís Maklouf, então no *Jornal do Brasil*, ocupou posição destacada.

Nascido das ruas, da resistência dos trabalhadores à opressão, das idéias libertárias cultivadas nos porões da ditadura militar e profundamente identificado com os interesses populares e com a ética de honestidade e solidariedade dos trabalhadores, o PT não será abalado por campanhas como esta.

Por isso, o PT não está disposto à mínima concessão no terreno da ética. Embora não tenham sido apresentadas provas, a Comissão Executiva Nacional decidiu constituir, com o deputado federal Hélio Bicudo, o vereador paulistano José Eduardo Cardozo e o economista Paul Singer, comissão encarregada de ouvir e apurar, no prazo mais estreito possível, as denúncias de Paulo de Tarso Venceslau. A comissão começou a funcionar imediatamente. Ao término de seu trabalho, elaborará relatório que será enviado ao Ministério Público e submetido às instâncias partidárias.

O relatório servirá de instrumento para que o Partido possa cobrar dos responsáveis – quaisquer que sejam eles – os danos que o episódio vem provocando a sua imagem.

A necessidade de aguardar o término dos trabalhos da comissão não significa ficar de braços cruzados diante do uso criminoso que parte da mídia faz das denúncias de Paulo de Tarso. O Partido precisa defender-se da campanha difamatória desencadeada contra ele, a qual visa nivelar todos os partidos à imoralidade dos partidos conservadores. Para enfrentar estes desafios, a CEN delibera:

– Sugerir à Comissão encarregada de apurar a procedência das insinuações formuladas por Paulo de Tarso que acelere seus trabalhos;

– Encaminhar as conclusões da Comissão ao Ministério Público;

– Ouvindo as nossas bancadas estaduais, apresentar projeto legislativo com o objetivo de encontrar mecanismos de distribuição do ICMS. Um deputado federal do PT coordenará este processo;

– Exigir do PSDB e do PFL a indicação de seus representantes para compor a CPI dos corruptores, admitindo desde já incluir a CPEM entre as empresas a serem investigadas, ao lado das empreiteiras e demais instituições sob suspeita;

– Através da Secretaria Nacional de Assuntos Jurídicos, tomar providências judiciais contra todos aqueles que assinaram publicamente afirmações injuriosas e caluniosas contra o PT e seus dirigentes nacionais.

Enquanto espera o resultado da investigação, só resta ao PT advertir as forças que armaram esta investida, e a estão explorando além de todos os limites, que essa atitude é irresponsável e só pode ter conseqüências daninhas para a consolidação da democracia no nosso país. Deixa claro que, apesar do golpe que lhe foi desferido, o PT não vai desistir de continuar pressionando o Congresso pela instalação da CPI da compra de votos da reeleição e pelo pleno funcionamento da CPI dos Precatórios. Por fim, alerta a militância petista que esta campanha pode continuar. O PT é a principal arma de luta contra as injustiças sociais neste país e por isso enfrenta o ódio dos poderosos.

Comissão Executiva Nacional do PT

"Quero manifestar total solidariedade ao companheiro Lula. A forma com que a grande imprensa tratou o episódio revela que o único objetivo era desgastar a candidatura Lula, nesse momento em que FHC caiu nos mais baixos níveis de popularidade e que as denúncias de corrupção no governo aumentam. O episódio revela que precisamos discutir na sociedade a questão do monopólio dos meios de comunicação, nas mãos das elites, que manipulam distorcem, desinformam a opinião pública em função de seus objetivos de manutenção do poder. As denúncias devem ser investigadas pelas Câmaras de Vereadores e Tribunal de Contas, a que estão afetas as prefeituras citadas. Defendemos a instalação imediata da CPI das Empreiteiras, para que se investigue o papel corruptor de todas as empresas e suas relações com o poder público, bem como a CPI dos Bancos e da Reeleição."
João Pedro Stédile, direção nacional do MST

"Essa trovoada contra o maior líder de esquerda do Brasil visa no fundo atingir o PT e sua firme atitude oposicionista. O PT é uma ameaça constante para os grupos que controlam o país e Lula é uma constante esperança de renovação democrática. Tentar desqualificá-los é procurar impedir o êxito dos esforços em busca da justiça social."
Antônio Cândido, professor aposentado da USP

Se você tiver informações e denúncias contra o PT, envie para nós. Sede nacional: rua Conselheiro Nébias, 1.052, Campos Elíseoss, São Paulo, SP, CEP 01203-002. Telefone: (011) 224-1900. Fax: (011) 222-9665. E-mail: ptbrasil@ax.apc.org. Home page: http://www.pt.org.br

LEIA TAMBÉM NESTA EDIÇÃO:

Bernardo Kucinski analisa a arte da difamação no jornalismo.
Pág. 2

Comissão indicada pela CEN vai apurar denúncias até o fim.
Pág. 3

Verdades e mentiras sobre as acusações.
Págs. 3, 4, 5 e 6

Veja reconhece, em 94, que PT não é opção preferencial da CPEM, contratada também por Jânio e Maluf.
Pág. 5

Antigos companheiros de Paulo de Tarso desabafam.
Pág. 7

O Brasil seria o mesmo sem o PT e sem o Lula?
Pág. 8

Arquivo/DN

Bernardo Kucinski

EU ACUSO

(A arte da difamação no jornalismo brasileiro)

"Paulo de Tarso Venceslau teria recebido ordens do ministro das Comunicações, Sérgio Motta, de melar a imagem do PT, numa inteligente manobra para livrar o governo Fernando Henrique da CPI da compra de votos. Paulo de Tarso é um velho amigo de Motta e lhe deve grandes favores. Foi Motta quem lhe deu emprego na sua empresa de planejamento Hidrobrasileira, em plena ditadura, em 1975. No ano passado, após suas desavenças dentro do PT, Paulo de Tarso teria conseguido um contrato de trabalho junto ao governador Antonio Britto, aliado incondicional de Fernando Henrique , e candidato à reeleição no Rio Grande do Sul. Comenta-se que o jornalista Luiz Maklouf foi escolhido para a operação "mela PT", porque parece ter um problema de auto-estima baixa e periodicamente tenta demonstrar que superou seu passado estalinista como dirigente clandestino do jornal Resistência, em Belém do Pará."

O parágrafo que vocês acabaram de ler é um exemplo da arte de difamar pela imprensa. Reúne algumas verdades, várias meias verdades e um monte de mentiras, protegidas pelo condicional "teria" pelo anônimo "comenta-se". Há outros truques, como o de mencionar um passado "estalinista", de insinuar que o jornalista é um traumatizado, e de inventar uma expressão "operação mela-PT". Como se pode ver, a arte de difamar pela imprensa é essencialmente covarde. Acusa sem assumir. O jornalismo brasileiro, tão deficiente em precisão e em capacidade analítica, é mestre na calúnia, na injúria e na difamação. Maklouf apenas incorporou uma prática consagrada em nosso jornalismo de acusar sem assumir.

Eu acuso assumindo: Vejamos sua primeira matéria, matriz de toda a campanha de difamação contra Lula e o PT, publicada no Jornal da Tarde da segunda-feira, dia 26 de maio, sob o titulo garrafal, fazendo da primeira página uma poster anti-petista: "Ex-Secretário denuncia corrupção no PT".

1ª acusação: não era matéria jornalística

O principal critério de demarcação de uma matéria jornalistica é a sua novidade. A notícia é uma construção social nascida de um fato novo de interesse público. Tem que ser um fato e tem que ser novo. Maklouf reproduziu acusações de Paulo de Tarso que já haviam sido tratadas extensamente pela revista VEJA quase três anos atrás, na edição de 31 de agosto de 1994, páginas 28 a 31, pelos repórteres Mônica Bérgamo e Paulo Moreira Leite. A ausência de fatos novos me permite acusar Maklouf e o JT de terem tido intenção propagandística e não jornalística.

2ª acusação: plágio

Ao não se referir àquela matéria de Mônica Bérgamo e Paulo Moreira Leite, Maklouf cometeu também os pecados da apropriação intelectual e da apropriação jornalística. Outra tradição da imprensa brasileira é o roubo de matérias. Neste caso, quem roubou primeiro foi o jornal Diário do Povo, de Campinas. Em 18 de maio, as repórteres Angelica Muller e Soraya Agége publicavam, sob o título "O segredo de Lula que o PT não quer investigar, todo o esqueleto que a VEJA publicara em 1993 e que Maklouf republicaria 8 dias depois no Jornal da Tarde. Também esse crédito foi omitido por Maklouf, talvez por ser adepto do preceito de que "Ladrão que rouba ladrão tem cem anos de perdão".

3ª acusação: a falta de objetividade em razão de desonestidade jornalística

Das declarações de Paulo de Tarso, conclui-se que:

Em 1990, Roberto Teixeira tentou convencer a prefeitura petista de Campinas a assinar um contrato de risco com a CPEM, mas mesmo sendo conhecida sua condição de compadre do Lula, a proposta foi rejeitada;

– Ao conquistar a prefeitura de São José dos Campos, o PT descobriu muitas irregularidades, entre as quais um contrato de alto valor com a CPEM, assinado pelo prefeito anterior, do PTB. Mesmo sabendo que o irmão do compadre do Lula era advogado da CPEM, a prefeitura petista sustou pagamentos à CPEM e denunciou os contratos;

– A mesma empresa ofereceu seus serviços à prefeita Luiza Erundina, que também recusou seus serviços.

Qual deveria ser o fio condutor da matéria pelo critério da objetividade jornalística?

O de que o PT é incorruptível, tanto assim que o advogado da CPEM, Dirceu Teixeira, conseguiu assinar contratos com dezenas de prefeituras, só não conseguiu nessas do PT, apesar de seu irmão ser compadre de Lula. Apesar das insinuações de que Lula gostaria de ver a CPEM favorecida.

A tortuosidade do texto de Maklouf, tentando provar o contrário do que dizem os fatos do seu próprio texto, é uma característica dos momentos mais sofisticados da imprensa brasileira, quando a objetividade jornalística é sacrificada por motivos políticos. Trata-se de uma forma complexa de mentir que exige muito engenho, pois consiste em saber qual é a verdade, para poder conscientemente manipulá-la. Implica uma relação desonesta do jornalista com a veracidade jornalística, e portanto com o leitor e com sua própria personalidade intelectual. O jornalista se torna, ele mesmo, o agente da auto-repressão da verdade. Só conseguem isso os quadros treinados na arte do sofisma, como Roberto Campos, ou na retórica estalinista, como parece ser o caso de Maklouf.

jornal da tarde

EXCLUSIVO

EX-SECRETÁRIO DENUNCIA CORRUPÇÃO NO PT

4ª acusação: a manchete como instrumento da propaganda e da mentira

Está visto que a manchete da matéria deveria ser: "Prefeituras do PT resistem a tentativas de corrupção", e não "Corrup-ção atinge prefeituras do PT."

De fato, quanto mais fortes e próximas da verdade forem as suspeitas de Paulo de Tarso de que existe um esquema comandado por Paulo Okamoto, de desviar dinheiro das prefeituras via contratos com a CPEM, mais importante se torna o fato de que as prefeituras do PT rejeitaram as propostas.

A distorção das manchetes em relação ao conteúdo das matérias é um traço fundamental da imprensa brasileira. Ocorre que a maioria do povo não lê jornal, mas lê as manchetes penduradas nos pontos de ônibus. Também os pauteiros da TV e os âncoras de rádio usam intensamente as manchetes de primeira página. A primeira página do jornal, e às vezes páginas internas e a ultima página - são usadas pelos proprietários da imprensa como um cartaz de propaganda de classe. Muito eficaz, porque legitimado pela pretensa veracidade jornalística, que a propaganda aberta não tem. Na série que se seguiu à primeira "reportagem", foi intensamente usado o recurso das manchetes distorcidas. Vistas no seu conjunto, essas manchetes produziam um quadro assustador. "Denúncia revela um crime quase perfeito", diz o título de matéria do Pedro Cafardo, que descreve o mecanismo de recálculo do repasse do ICMS. O crime quase perfeito é esse tipo de cobertura jornalística.

5ª acusação: a má-fé jornalística

A partir da primeira matéria, todas as demais vão incorporando, como um refrão, variações da assertiva, nunca comprovada, de que a CPEM assessorou prefeituras petistas "num jogo suspeito de aumentar repasses da cota do ICMS que embutiriam contribuições para o partido" (29/5, pág 3A). Mas é nos detalhes, nas pequenas afirmações, que se vai manifestar a má-fé jornalística: Maklouf diz ter documentos comprovando "o trânsito livre de representantes da CPEM" na Corregedoria-geral da Prefeitura de Santo André. O documento é um relatório no qual a corregedoria relata que convidou a CPEM para reuniões de explicação. Em outra matéria lança-se suspeita sobre a forma como Lula comprou seu apartamento "de cobertura", sem mencionar que entraram recursos de uma herança recebida por sua esposa, fato notório, pois já fora abordado na campanha presidencial.

6ª acusação: Maklouf praticou o linchamento jornalístico

Assim comos negros eram regularmente linchados nos Estados Unidos por uma população branca feroz e recalcada, o jornalismo brasileiro regularmente sente a necessidade de linchar , como forma de compensar a falta de espírito critico na cobertura regular, ou a fragilidade da reportagem. De repente, os irmãos Teixeira são corruptores, Paulo Okamoto é corruptor, Lula é desonesto. E assim são Celso Daniel, José Machado, José Augusto e todos os prefeitos petistas

O linchamento é uma característica dominante da imprensa brasileira dos últimos tempos: com alguns rápidos toques de teclado foram destruidas reputações inúmeras, desde os donos da Escola de Base, até doleiros de menor importância. Esses linchamentos se caracterizam por não se referirem a um crime específico (qual foi o crime cometido por Lula?), por terem pouco ou nenhum fundamento, por uma severidade de julgamento desproporcional às eventuais falhas cometidas, e principalmente por negarem o direito de defesa e a mera possibilidade de o acusado ser inocente. O mesmo tratamento não é dado pela imprensa aos grandes banqueiros que levaram à falência o Banco Nacional ou o Banco Econômico. Com estes, sempre se toma o cuidado de checar tudo duplamente, de qualificar a acusação, de conferir e reconferir, perguntar o que tem a dizer. Com o Lula não precisa. É do povo. O linchamento pela imprensa é o equivalente jornalístico da violência policial contra o pobre. Assim como o policial prende o pobre, bate e arrebenta, como em Diadema, para depois perguntar o nome (se a tanto chegar). O rico pode até ser "detido", mas tudo dentro do maior respeito, e dali a duas horas está o advogado com o *habeas-corpus*.

7ª acusação: o cretinismo jornalístico

O cretinismo, ou a incapacidade de raciocinar logicamente, é outra característica do jornalismo brasileiro. Não está claro se isso se deve a uma má formação ou à mera preguiça de pensar. Nas matérias de Maklouf também não está claro se isso se deve meramente à má-fé. O fato é que está registrado que a CPEM tentou mas não conseguiu contrato com a prefeitura petista de Campinas. E só conseguiu o contrato depois que Jacó Bittar saiu do PT e entrou no PSB. Mas Maklouf não atentou para a conclusão lógica desses fatos. A prefeitura petista de Betim contratou os mesmos serviços com outra empresa, a Ambiental. O mesmo se deu com a prefeitura petista de Ribeirão Preto, que contratou com a empresa Idort. A implicação lógica desses fatos também passou despercebida por Maklouf.

8ª acusação: a não contextualização

É mau jornalismo não contextualizar a informação. Com os próprios dados que aparecem esparsamente nas matérias da campanha difamatória, seria possível fornecer ao leitor essa contextualização: explicar que as mudanças provocadas na forma de cálculo do Valor Adicional Fiscal (VAF) e a luta das prefeituras por uma fatia maior do ICMS a partir da Constituição de 1988 levaram grande número de prefeituras a necessitar de serviços especializados, como os da CPEM, até conseguir formar seus próprios quadros. E que somente a partir da Nova Lei das Licitações, de 1993, as contratações de serviços pelas prefeituras e outros órgãos públicos ficaram sujeitas a um ritual mais estrito.

Acusação final: a omissão

De mais de 300 prefeituras com as quais a CPEM assinou contratos de prestação de serviços entre 1985, quando a empresa foi fundada, e 1996, apenas seis eram administradas pelo PT. Isso teve que ser dito pelo advogado Roberto Teixeira em nota pessoal, porque o repórter foi omisso. E mais: nenhuma das 115 prefeituras atualmente administradas pelo PT tem contratos assinados com a CPEM. Por que Maklouf e seus colegas de jornalismo não disseram isso logo na primeira reportagem? Porque a intenção não era informar corretamente, a intenção era "melar o PT".

Acuso e assino embaixo.

Bernardo Kucinski, junho 1997 (jornalista, doutor em Comunicação, professor da ECA/USP)

Má-fé e obscenidade

A atitude de Paulo de Tarso Venceslau, seja ela mais ou menos patológica, foi de uma profunda má-fé. Por que jogar essas dubiedades e suspeitas nas mãos da mídia exatamente no momento em que o governo estava perdendo prestígio e em que se debilitava seu projeto entreguista de reeleição ao ser acusado de corrupto?

A mídia brasileira, obediente como é aos canalhas da hora, deu um duro golpe no PT.

Como no caso Miriam Cordeiro ou no seqüestro de Abílio Diniz, a mídia brasileira foi obscena.

A obscenidade consistiu em aproveitar o clima de desconfiança criado pelas denúncias de compra de votos e corrupções de Paulo Maluf e transferi-las ao PT.

Para isto, os profissionais *sem caráter* trabalham preferencialmente com suspeitas – pois estas são muito mais eficazes que as evidências – ligando estas dubiedades a elementos da vida privada, se possível com algum conteúdo sexual ou íntimo.

Estas velhas técnicas servem para colocar as pessoas em posição de espiões da política. Pessoas que assistem a espetáculos mais ou menos promíscuos. Todo o contrário de cidadãos ativos e questionadores da ordem vigente.

E o golpe é duro porque atinge nosso pior moralismo. Nos faz perguntar se houve ou não alguma irregularidade, se não deveríamos ser mais organizados. Se nossos ideais ainda são nobres. Nos coloca em estado de dúvida com nós mesmos.

Ele atinge nossos fígados porque é destinado a envergonhar nosso desejo militante e atiça os piores sentimentos de desconfiança.

Além das classes dirigentes, muitos de nós não se perdoam por ter cometido o pecado de disputar o poder com os que espoliam o povo brasileiro desde a chegada dos portugueses até o presente.

Por isso, nesta hora é preciso ser ético e apoiar nossos companheiros, principalmente o companheiro Lula, que apanha por todos nós há 17 anos.

A má-fé de Paulo de Tarso Venceslau, à obscenidade da mídia, ao último golpe do conluio governo/meios de comunicação (haverá outros) só se sobrevive com companheirismo ético e orgulho, muito orgulho de ser petista.

Antonio Lancetti, psicanalista, assessor do Programa de Saúde Mental da Prefeitura de Santos (1989-1992) e secretário de Ação Comunitária (1993-1996)

APURAÇÃO ATÉ O FIM

O deputado federal Hélio Bicudo e o vereador paulistano José Eduardo Martins Cardozo foram nomeados pelo presidente nacional do PT, José Dirceu, para integrar a comissão que vai apurar as denúncias de Paulo de Tarso Venceslau, sobre irregularidades nas prefeituras administradas pelo Partido dos Trabalhadores.

Os parlamentares reuniram-se pela primeira vez no dia 30 de maio, na sede nacional do PT. Eles pretendiam nesse dia ouvir o denunciante, Paulo de Tarso.

Cardozo informou que, em contato no dia 28 com Tarso, este comunicou que não poderia comparecer à reunião, em virtude de compromisso firmado anteriormente. A comissão resolveu convocá-lo para o dia 7 de junho, às 10h, novamente na sede do Partido.

A Executiva Nacional do PT, reunida no dia 2 de junho, decidiu incluir o economista Paul Singer na comissão.

Na primeira reunião, a comissão também definiu o método de trabalho, as pessoas que serão ouvidas na primeira fase, os documentos que irá solicitar e a agenda de trabalho de seus integrantes.

Segundo Bicudo, os trabalhos da comissão terão total transparência, sendo divulgado, ao final de cada reunião, um relatório sobre o que foi apurado e os devidos encaminhamentos, que também será enviado à Comissão Executiva Nacional do PT. Bicudo ainda informou que, após a primeira fase de depoimentos e levantamentos de documentos, haverá nova rodada de depoimentos, incluindo aí os de Luiz Inácio Lula da Silva e do advogado Roberto Teixeira.

Carlos Mercuri

Cardozo e Bicudo: primeira reunião

A expectativa é de a comissão encerrar seus trabalhos entre 15 a 20 dias.

Depoentes

Na próxima reunião da comissão, em 7 de junho, além de Paulo de Tarso, serão convocados para depoimentos a ex-prefeita de São José dos Campos, Ângela Guadagnin, o prefeito de Santo André, Celso Daniel, e a ex-prefeita de Santos, deputada federal Telma de Souza.

Também serão convocados, para o mesmo dia, os secretários de Finanças dessas prefeituras à época dos fatos que estão sendo denunciados.

O vereador Cardozo terá a incumbência de, até a data da próxima reunião, levantar documentos relativos às denúncias de Tarso, tais como processos judiciais, decisões do Tribunal de Contas do Estado, cópias de processos administrativos, contratos das prefeituras com a CPEM, entre outros.

A empresa também será oficiada a encaminhar à comissão cópias de seu contrato social e alterações e de contratos com todas as prefeituras envolvidas na denúncia.

Anote esses dados

– Durante os 12 anos de existência da Consultoria para Empresas e Municípios (CPEM), a empresa atuou em 300 administrações, sendo apenas sete do PT: Agudos, Diadema, Ipatinga, Jaboticabal, Piracicaba, Santo André e Santos.

– As administrações de Diadema (SP), Santo André (SP), Piracicaba (SP) e Ipatinga (MG), por discordarem dos valores apresentados pela CPEM ao final do trabalho, suspenderam os pagamentos.

– Em 1993, por exemplo, das 46 administrações atendidas pela CPEM no Estado de São Paulo, somente uma era governada por petista. Entre essas administrações encontrava-se a Capital paulista (Paulo Maluf - PPB); Embu (Geraldo Puccini - PMDB); Mauá (José Carlos Greco - PSDB) e São Bernardo do Campo, (Walter Demarchi - PTB). (Quadro 1)

– De todas as administrações que contrataram a CPEM no Estado de São Paulo, o Tribunal de Contas (TCE-SP) considerou irregulares contratos firmados em cinco municípios (quadro 2) e só um, Diadema, era administrado pelo PT.

– Conforme o *pt*notícias apurou, hoje nenhuma administração petista tem contrato com a CPEM.

Quadro 1

CPEM - 1993

Contratos por Partido

partido	nº
PMDB	18
PSDB	09
PFL	04
PPB	03
PTB	03
PSD	02
PL	02
PDT	01
PSL	01
s/partido	02
PT	**01**
total	46

Quadro 2

Contratos reprovados pelo TCESP

Município	Data do contrato	Prefeito à época	Partido
S.Caetano do Sul	1994	Antonio José Dall'Anese	PSDB
Diadema	1991	José Augusto da Silva Ramos	PT
S.J. dos Campos	1989	Joaquim Bevilácqua	PTB
Sumaré	1993	José Denadai	PMDB
Guarulhos	1994	Vicentino Papotto	PMDB

São José dos Campos

As denúncias feitas pelo ex-secretário das Finanças de São José dos Campos, Paulo de Tarso Venceslau, apontam para irregularidades no contrato da CPEM com a Prefeitura. No entanto:

Quem contratou a CPEM?

O prefeito Joaquim Bevilácqua (eleito pelo PTB em 1988). De acordo com o ex-prefeito, em declaração ao jornal *Folha de S. Paulo* (31/5/97), a sistematização do trabalho de revisão tributária, realizado pela CPEM e outras empresas, teve início na década de 1970, na região do ABC paulista. A prefeitura de São Bernardo do Campo teria formado em seu quadro de funcionários uma equipe de fiscais especializada na auditoria das declarações de arrecadação feitas pelas empresas. Posteriormente esses profissionais passaram a trabalhar de forma independente, atuando em outros municípios

Quem cancelou o contrato com a CPEM?

A prefeita Ângela Guadagnin (eleita pelo PT em 1992) no primeiro mês de sua administração procedeu auditoria no trabalho apresentado pela CPEM. Contratou a empresa Boucinhas e Campos S/C Auditores Independentes.

Comprovadas as irregularidades, o contrato foi imediatamente cancelado.

De acordo com Ângela Guadagnin, depois do cancelamento do contrato, os funcionários da Prefeitura passaram a revisar as Dipams (Declarações de Participação dos Municípios) das grandes e médias empresas. As pequenas empresas foram auditadas pela Auditoria H.Mattos S/C, contratada posteriormente. A medida adotada reduziu gastos com a consultoria, uma vez que as maiores arrecadações eram auditadas pela própria Prefeitura.

Distorções em informações publicadas na Imprensa

Já se passaram dez dias da republicação das denúncias feitas por Paulo de Tarso Venceslau. Aliás já se passaram anos desde que ele as fez pela primeira vez. Muito poderia ter sido esclarecido pela imprensa com investigação de fatos e documentos ou com entrevistas. Infelizmente, além da fabricação de novas calúnias (como no caso da compra do apartamento de Lula - ver página 8) ainda verificamos distorções como se vê no fac-símile de um jornal reproduzido abaixo. A mesma confusão vem sendo repetida estranhamente por emissoras de TV.

A sequência ignora todos os esclarecimentos prestados pelo partido desde a entrevista coletiva concedida pelo presidente do PT, José Dirceu, no dia 26 de maio, em São Paulo. Ela sugere uma vinculação entre as irregularidades cometidas na administração de Joaquim Beviláqua/Pedro Ives (PTB/PRN) em São José dos Campos e o PT. O PT denunciou, rompeu e exigiu na justiça a devolução de dinheiro à prefeitura de São José dos Campos.

Na verdade, o "erro" assumido pelo Partido dos Trabalhadores não se refere à possível relação entre a administração petista de São José dos Campos e a CPEM, mas ao fato de a Comissão de Sindicância do Partido, instalada em 1994, não ter formalizado suas conclusões.

Fac-símile de matéria publicada em 3/6/97

Buscando uma fatia maior do ICMS

Por que as prefeituras buscam consultorias?

Para elevar o índice de participação dos municípios na distribuição do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) arrecadado no Estado.

Quanto do ICMS vai para os municípios?

Do ICMS arrecadado em todo o Estado, 25% é repassado aos municípios por meio de cotas de participação, que são proporcionais à produção das empresas locais.

Como são calculadas as cotas?

As cotas são calculadas através do **valor agregado aos produtos**, isto é, a diferença entre o valor final da mercadoria e os gastos com sua produção.

Quem calcula os valores?

Todas as empresas apresentam um relatório com estes valores - Declaração de Participação dos Municípios (Dipam) - à Secretaria da Fazenda do Estado, que os utiliza para calcular a cota de participação dos municípios no ICMS.

Por que é importante fiscalizar a emissão das Dipam?

Quanto maior a somatória das Dipams, maior será o índice de participação dos municípios na distribuição das verbas do ICMS, isto é, quanto maior o valor das Dipams, mais verba é repassada ao município.

Qual é o trabalho feito pelas empresas de revisão tributária?

O trabalho dessas empresas é auditar as Dipams, com o objetivo de garantir que a verba repassada ao município seja proporcional à sua arrecadação.

Como essas empresas são remuneradas?

Caso a empresa consiga elevar o índice de participação do município, ela recebe um percentual sobre o valor acrescido. O contrato é de risco e a remuneração (com taxa variável) só ocorre em caso de sucesso da operação.

LEGALIDADE

A contratação sem licitação é legal?

De acordo com o artigo 23 do Decreto-Lei n. 2.300/86, **que vigorou** até 1993, a contratação de empresas por municípios sem a realização de licitação era permitida desde que fossem comprovadas as características de "notória especialização e singularidade dos serviços".

Isso se aplica aos contratos de revisão tributária?

Até a edição da nova Lei de Licitação, a quase totalidade dos contratos de revisão tributária era firmada sem licitação.

E no caso da CPEM?

As características de "notória especialização e singularidade nos serviços" foram atestadas em diversos pareceres de juristas da área tributária, entre eles o ex-desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo Régis Fernandes de Oliveira, atual vice-prefeito de São Paulo, e o advogado Eros Grau, professor titular da Faculdade de Direito da USP.

O que mudou com a nova Lei?

Em 1993, com a nova Lei de Licitação nº 8.666, este tipo de contrato permanece possível, com grandes restrições.

Expediente

*pt*notícias ESPECIAL é uma publicação do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. **Presidente nacional do PT:** José Dirceu/ **Secretária nacional de Comunicação:** Vera Gomes/ **Jornalista responsável/edição:** Carlos Mercuri (MTb. 19.645)/ **Redação:** Carlos Mercuri, António Cerveira de Moura, Mariângela Graciano/ **Administração:** Ricardo Bimbo, Lia Gonçalves/ **Diagramação:** Sandra Luiz Alves/ **Ilustração:** Hércules/ **Colaboração especial:** Clara Ant, Celso Horta, Washington Luiz Araújo, Ronaldo Luiz Cabral/ **Sede:** Rua Conselheiro Nébias, 1.052, Campos Elíseos, São Paulo, SP. CEP 01203-002, telefone (011) 224-1900 (PABX), fax (011) 222-9665. **Tiragem:** 50 mil/ **Impressão:** Artgraf

MANIFESTAÇÕES DE SOLIDARIEDADE

O dedo de Serjão

Arquivo/DN

Brizola: um quero-quero

O presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, foi uma das primeiras vozes a sair em defesa de Lula e do PT. Em entrevista ao *Jornal da Tarde*, em 28 de maio – dois dias após a publicação da entrevista de Paulo de Tarso Venceslau no mesmo jornal –, Brizola identificava o dedo do ministro das Comunicações, Sérgio Motta, no episódio. "Para mim, este caso tem todo o tipo de exploração política, me parece coisa desse Serjão, que parece um pássaro quero-quero que existe lá no Sul".

A referência ao pássaro quero-quero é pelo hábito da ave pôr seus ovos em um local e permanecer em outro, para enganar os predadores. "Como um quero-quero, Serjão pôs o ovo em um lugar e depois foi cantar em outro, lá em Portugal", afirmou ao jornal.

Brizola ainda ressalta o fato de a notícia ter sido requentada. "É um assunto antigo, que volta aos jornais com as tintas carregadas", declarou. O presidente do PDT acusa, segundo a matéria do *Jornal da Tarde*, o ministro Sérgio Motta de ter feito uma manobra para que o denunciante, Paulo de Tarso, ganhasse espaço na mídia. Ele ainda diz acreditar que as denúncias partem de "alguém que, sem dúvida nenhuma, tenta fazer mal ao Lula e ao PT com objetivos políticos".

Fala, Ângela Guadagnin

Ao ler os jornais desta segunda-feira, sou surpreendida com uma manchete no *Jornal da Tarde*, acompanhada de reportagem de seis páginas, dizendo que o sr. Paulo de Tarso Venceslau, ex-secretário da Fazenda durante parte de meu mandato como prefeita de São José dos Campos, estaria denunciando "esquema de corrupção" dentro do PT. A surpresa se deve não ao ineditismo da "denúncia", que já é velha, mas ao fato de ter novamente ganho destaque na imprensa, depois de diversas tentativas infrutíferas desse senhor no sentido de denegrir a imagem do PT e de suas administrações e lideranças. Em todas as vezes, os jornalistas puderam aprofundar suas investigações e nunca encontraram qualquer consistência nas acusações.

Novamente, o sr. Paulo de Tarso Venceslau lança uma série de acusações vazias, sem fornecer nomes, documentos ou fatos novos. Na condição de pessoa citada nominalmente na reportagem e não procurada pelo Jornal da Tarde para dar minha versão (a empresa que o edita tem um correspondente em São José dos Campos, que só soube da matéria do *JT*, e me procurou, hoje), venho me posicionar em relação a esse assunto.

O sr. Paulo de Tarso Venceslau, no curto espaço de oito meses em que esteve à frente da Secretaria da Fazenda, demonstrou capacidade técnica para o cargo mas, ao mesmo tempo, uma personalidade fortemente marcada pela necessidade de chamar a atenção, de se sobressair mais até do que a própria prefeita e do que a equipe de governo à qual ele pertencia. Pelo visto, esse "estrelismo" ainda persiste em sua pessoa, pois durante toda a reportagem ele fala como se fosse o autor de todas as decisões de governo: "eu sustei cheques", "eu contratei", "eu fiz auditoria", "eu era o melhor secretário", "só a minha secretaria dava resultados", "a prefeita me adorava", e coisas do tipo.

Essa personalidade difícil o levou, em diversas situações, a criar problemas internos na equipe e externos com a Câmara e com as demais forças políticas da cidade, gerando até crises de governabilidade. Além disso, por diversas vezes, fornecia informações técnicas de sua secretaria a mim, que não batiam com as que divulgava à imprensa ou apresentava em reuniões da equipe de governo, o que tornava muito difícil tomar decisões com segurança. Por esses motivos é que ele foi exonerado. Nunca fui pres-sionada por quem quer que seja a demiti-lo.

Quem tem uma personalidade com esse perfil jamais conseguiria admitir ser exonerado por motivos como esses. Para ele, tem que haver "conspiração de bastidores" ou coisa parecida. E aí vale envolver até mesmo pessoas de reputação mais do que conhecida e respeitada.

O fato "CPEM" em si pode ser assim resumido: o contrato havia sido feito pela administração anterior, a Prefeitura era devedora dessa empresa e, ao apurarmos irregularidades, consideramos o contrato lesivo e, por isso, o declaramos nulo, e enfim suspendemos o pagamento baseados no resultado da auditoria. Tudo isso foi uma decisão de governo, e não uma ação isolada do então secretário. Essa posição foi mantida mesmo depois de sua saída do governo, o que incluiu o prosseguimento de ação judicial contra a CPEM.

Nada aqui, repito, é novidade, já que a "denúncia" foi feita em jornais e revistas, há dois anos, da mesma forma que agora. Nossa versão foi a mesma, porque não há outra. E o assunto acabou deixado de lado pela própria imprensa, como o será novamente, por falta de fundamento. Trata-se apenas da manifestação de alguém que não se conforma em não ser o centro das atenções e se escuda em seu passado de militante. O sr. Paulo de Tarso não percebe, ou talvez perceba bem demais, que o atual momento político de descrédito ao governo FHC – exatamente por suspeitas de corrupção – é o único terreno fértil onde podem prosperar denúncias desse tipo que, afinal, também lançariam manchas sobre o PT, principal oponente político do presidente.

Ficamos curiosos, isso sim, por entender os verdadeiros motivos dessas aparições esporádicas e sempre oportunistas do sr. Paulo de Tarso, cujo único objetivo parece ser justamente desacreditar essa esquerda que ele diz defender com tanta "disciplina".

Ângela Guadagnin, ex-prefeita de São José dos Campos

Marco Aurélio de Castro

Ângela: acusações vazias

PSB esclarece

Arquivo/DN

Arraes: denúncias imprecisas

1- A Direção Nacional do Partido Socialista Brasileiro desconhece qualquer envolvimento de membros ou dirigentes do Partido dos Trabalhadores com a prática de atos ilícitos ou malversação de recursos públicos nas administrações municipais conduzidas pelo PT, em muitas das quais o PSB é ou foi integrante. Portanto, nenhum de seus membros está autorizado a pronunciar-se, em nome do Partido, a esse respeito;

2- Esclarece que o ex-vice-prefeito de São José dos Campos, Edmundo Carvalho, membro do PSB, nega qualquer declaração que convalide as denúncias divulgadas pela Imprensa, particularmente quando envolve dirigentes nacionais do Partido dos Trabalhadores;

3- O PSB reafirma sua postura de não aceitar a transformação de denúncias imprecisas em fatos consumados e expressa sua convicção de que o PT saberá responder às acusações de que é objeto, retirando os ensinamentos necessários, fortalecendo sua posição na política nacional;

4- Reafirma a posição adotada pela unanimidade de suas bancadas na Câmara e no Senado Federal, exigindo instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as denúncias de compra de votos de deputados, quando da aprovação da emenda constitucional da reeleição. Alerta a todos os brasileiros para que as acusações formuladas contra o Partido dos Trabalhadores não sirvam para obscurecer a gravidade dos fatos ligados à votação da emenda.

Miguel Arraes, presidente da Comissão Executiva Nacional do PSB

Contratação em Santos foi legal

A deputada federal Telma de Souza (PT-SP), prefeita de Santos à época da contratação da empresa CPEM, esclarece que a consultoria foi contratada, em 1990, depois da constatação de que o reduzido corpo de fiscais da administração não daria conta da revisão das Dipams, ao mesmo tempo em que estava encarregado de fiscalizar o recolhimento do ISS. "Fomos procurados por representantes da CPEM e de outras firmas, como a H. Mattos (que havia trabalhado para a administração anterior) e a Delta. A CPEM revelou ter o melhor aparato técnico e vasta experiência. Detinha cerca de 30% do mercado dos municípios de São Paulo, enquanto a segunda empresa do setor detinha apenas 5%", recorda a deputada.

A CPEM foi contratada sem licitação, por notória especialização, com base na Lei de Licitações vigente à época e em deliberação do Tribunal de Contas do Estado, publicada no *Diário Oficial do Estado* de 11/8/83, confirmando a legalidade deste tipo de contratação.

A ex-prefeita destaca que foi realizado com a empresa um contrato de risco, ou seja, ela ganharia um percentual de 20% (valores de mercado à época), sobre aquilo que conseguisse adicionar ao índice que definia a parte de Santos no ICMS. "A empresa procurou a administração de Santos diretamente. Em nenhum momento dirigentes do PT ou o advogado Roberto Teixeira solicitaram a contratação da CPEM", frisa Telma.

Obrigações da empresa

A contratação da CPEM, segundo a deputada, não foi apenas para aumentar a parte da Prefeitura de Santos sobre a arrecadação do ICMS. "A administração exigiu também que a empresa se comprometesse a treinar uma equipe de fiscais, que foi contratada, posteriormente, por concurso público, realizado em 1991 pela UniSantos (Universidade Católica de Santos)", lembra.

Em 1992, a Prefeitura reuniu a recém-contratada equipe de fiscais, que, somada ao pequeno grupo já existente, passou a ser treinada pelos técnicos da CPEM. "O balanço financeiro do trabalho da CPEM foi extremamente positivo para a cidade de Santos", sublinha Telma. A CPEM manteve contrato com a Prefeitura de Santos até 1992, mas o resultado do trabalho teve reflexos positivos nos dois anos posteriores, em virtude da base de cálculo do índice de participação da cota-parte do ICMS ser a média bienal anterior. Em dois anos da administração de Telma de Souza (91 e 92), chegou-se a um acréscimo de 11,069 milhões de dólares. Para a administração seguinte, o valor é ainda maior: 19,256 milhões de dólares. Em 1993, a Prefeitura de Santos deixou de contratar a empresa para realizar esta tarefa, pois passou a contar com uma equipe de fiscais treinada para tal.

Processos

O Ministério Público abriu inquérito para apurar se houve responsabilidade penal da ex-prefeita Telma de Souza na contratação, sem licitação, da CPEM. Este processo, destaca a deputada, foi arquivado pelo Supremo Tribunal Federal a pedido do ministro Francisco Rezek, baseado em parecer do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. O caso foi analisado na esfera federal em virtude de Telma ter sido eleita deputada federal por São Paulo.

O procurador-geral é bastante enfático ao reconhecer a notória especialização da firma:

"A firma CPEM detinha alto grau de especialização para realização de serviços de análises econômicas relativas à arrecadação de tributos e projeção orçamentária, dispondo de programas de computação próprios, únicos no mercado, razão que detinha 28,57%, em termos quantitativos, do mercado representado pelos municípios do Estado de São Paulo."

Telma de Souza sofre um outro processo para apuração de sua responsabilidade civil pela contratação da CPEM. Este processo foi motivado por ação de um notório opositor político da administração democrático-popular, que impetrou um imenso número de ações contra a prefeita. Em geral, a história desses processos é a seguinte: Telma de Souza é condenada em primeira instância, pelos juízes de Santos. Depois, ganha os recursos em segunda instância.

Este caso parece seguir a regra: Telma foi condenada, em 28 de maio de 1996, pelo juiz Vitor Teixeira de Freitas, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Santos. "O que merece destaque nesta condenação é o fato do juiz ter ignorado o parecer técnico do perito Roberto Vasques Veloso Peres, por ele mesmo nomeado, e que confirmava tanto os benefícios gerados pela CPEM, quanto a notória especialização da empresa", alerta Telma, que está recorrendo desta condenação ao Tribunal de Justiça de São Paulo.

Um homem digno

Considero normal e louvável que o PT apóie a investigação que se faça necessária para apurar a verdade neste caso.

Pessoalmente, acho que as acusações são muito suspeitas, e têm um perfil de armação política, para denegrir a imagem do partido e atingir a toda a oposição. Considero o Lula um homem digno, ético, incapaz dos procedimentos de que é acusado.

Deputado federal Neiva Moreira, líder do PDT na Câmara

Evitar investigação

Nós consideramos que toda a denúncia deve ser investigada. Da mesma forma que reconhecemos, com absoluta clareza, que as denúncias contra o Partido dos Trabalhadores são no seu conteúdo uma manobra para confundir a opinião pública, com a finalidade de evitar a verdadeira investigação.

Deputado federal Sérgio Guerra, líder do PSB

Desviar a atenção

A repercussão do "esquentamento" de denúncias feitas contra o Partido dos Trabalhadores teve o claro objetivo de desviar a atenção do povo das graves denúncias de corrupção feitas contra parlamentares, governadores e um ministro, em torno da compra de votos para aprovação da PEC da reeleição na Câmara.

A Bancada do PCdoB manifesta sua solidariedade ao PT e exige a imediata instalação da CPI da Reeleição.

Deputado federal Aldo Arantes, líder do PCdoB

Estou à disposição

Expresso minha solidariedade. Estou à sua disposição no Congresso.

Um grande abraço,

Deputado federal Fernando Gabeira, Partido Verde

À população de Santo André

Notícias amplamente divulgadas pelos meios de comunicação têm denunciado supostas irregularidades envolvendo o PT e a empresa CPEM. Em meio à repercussão dessas denúncias, passou-se a divulgar informações falsas ou distorcidas sobre o prefeito Celso Daniel e nossa administração no período 1989-1992. A propósito, cabe esclarecer:

– A empresa CPEM foi contratada pela Prefeitura de Santo André com o objetivo de manter o índice de participação do município na arrecadação do ICMS no Estado de São Paulo, que caiu de 3,15% em 82 para 2,36% em 88. Esse trabalho foi realizado com sucesso, mantendo a média de 2,39% no índice de ICMS que cabia à cidade nos quatros anos da primeira gestão de Celso Daniel. A partir daí esse índice voltou a cair até atingir 1,87% em 1996.

– A absoluta legalidade na contratação da CPEM está assegurada no parecer do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, ao analisar questão semelhante: "Demonstrada a notória especialização da firma CPEM para a realização dos serviços contratados, não há (que) falar em exigência de licitação". Esse parecer afirma, inclusive, que a CPEM atendia quase 30% dos municípios do Estado.

– Outras denúncias inverídicas fazem menção à empresa Machado & Daniel, da qual o prefeito participou nos anos 1993-94. Todos os contratos dessa empresa com prefeituras administradas ou não pelo PT observaram rigorosamente os princípios legais, tendo resultado de concorrências públicas.

A população de Santo André conhece seu prefeito e seu compromisso histórico com a ética e a transparência na gestão pública.

O Partido dos Trabalhadores exige publicamente que todas denúncias e acusações sejam rigorosamente apuradas, para que fique clara a postura de rigor, lisura e honestidade na atuação do PT e de Celso Daniel.

João Avamileno
Presidente do PT de Santo André

Arquivo DN

Informações distorcidas e falsas sobre Celso Daniel

Confira: nenhuma prova e muitas insinuações

Uma série de denúncias contra as prefeituras petistas assolou a imprensa na última semana. Tudo começou com a entrevista de Paulo de Tarso Venceslau ao **Jornal da Tarde**. *Segundo ele, havia pressão para que as prefeituras contratassem, sem licitação, a empresa CPEM, supostamente ligada a Roberto Teixeira, compadre de Lula. Parte dos recursos arrecadados seria revertida para o partido.*

A denúncia não é novidade. Já foi publicada pela revista **Veja**, *em 31 de agosto de 1994, às vésperas das eleições presidenciais. Volta a ser publicada agora, justamente no momento em que a atenção da opinião pública está voltada para outra denúncia: a de venda de votos de deputados federais para a aprovação da emenda de reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso.*

Abaixo, as principais acusações e as respostas do PT, caso a caso.

O PT é ligado à CPEM?

Não. Apenas sete prefeituras governadas por petistas fizeram contratos com a CPEM: Agudos, Diadema, Ipatinga, Jaboticabal, Piracicaba, Santo André e Santos. Atualmente, nenhuma das 115 administrações comandadas por petistas tem contrato com a CPEM. Isto prova que não há nenhuma ligação do Partido com a empresa.

Os contratos das prefeituras do PT com a CPEM são iguais?

Não. Em algumas, como Diadema, Ipatinga, Piracicaba e Santo André, por discordarem dos valores apresentados pela CPEM, os pagamentos foram suspensos. Santos e Santo André estão sub-judice.

Só os petistas contratam a CPEM?

Em 12 anos de existência, a CPEM prestou serviços para aproximadamente 300 prefeituras do PTB, PSDB, PMDB, PT, PDT, PPB e PFL. Destas, apenas sete eram petistas. Já em 1994 (31/08/94), a Revista *Veja* divulgava que "à CPEM não pode ser apontada como tendo uma opção preferencial pelo PT, pois tem clientes no PPR *(hoje PPB)*, no PSDB e no PMDB. Já teve gordos contratos com Jânio Quadros, em sua passagem pela prefeitura de São Paulo, perdeu a maior fatia dos contratos na posse da petista Luiza Erundina, mas conseguiu retornar na administração de Paulo Maluf".

A CPEM contribuiu de alguma forma com o PT?

Não. A CPEM não contribuiu para as caravanas da cidadania, nem para as campanhas eleitorais do PT, inclusive a presidencial de 1994. A prestação de contas do Diretório Nacional, já aprovada pela Justiça Eleitoral, o comprova. Por ironia, um dos donos da CPEM afirmou à imprensa: "Não repassamos um centavo por uma razão muito simples: para fazer isso, ao menos por hipótese, teríamos de receber. Acontece que as prefeituras administradas pelo PT são inadimplentes em relação a nós. Tivemos calotes de todas." (*JT*, 03/6/97).

Lula pressionou prefeitos petistas para contratar a CPEM?

O próprio Paulo de Tarso se contradiz: "Não houve uma pressão maior de dizer contrata", afirmou ao *Jornal da Tarde*.

E o ex-presidente estadual do PT, Paulo Okamoto?

Não. Da mesma maneira que Lula, Okamoto nega ter feito qualquer pressão. O próprio Paulo de Tarso diz ao *Jornal da Tarde* que Okamoto mandou que prosseguisse com as investigações sobre o contrato de São José dos Campos.

Jacó Bittar, ex-prefeito de Campinas, pressionou Paulo de Tarso para contratar a CPEM?

Bittar só contratou a CPEM após ter saído do PT. Hoje, filiado ao PSB, garante que nunca pressionou Paulo de Tarso, à época seu secretário de Finanças.

A CPEM é ligada a Roberto Teixeira?

Ambos negam qualquer ligação. Roberto Teixeira é irmão de Dirceu Teixeira, que em alguns casos atua como advogado da empresa.

Quais as ligações entre Lula e Roberto Teixeira?

Lula e Roberto Teixeira são amigos. Roberto conheceu Lula nos anos 80, quando era presidente da OAB de São Bernardo do Campo e filiou-se ao Partidos dos Trabalhadores. Foi membro do Diretório Municipal. Tornou-se padrinho do filho caçula de Lula.

Por falta de segurança na casa em que morava, em 1989, por decisão do Partido, Lula mudou-se para uma casa emprestada por Roberto Teixeira, em São Bernardo, onde vive até hoje.

Paulo Okamoto arrecadava recursos para o PT nas prefeituras?

A ex-prefeita de São José dos Campos, Ângela Guadagnin, afirma que Paulo Okamoto, ex-presidente do Diretório Regional de São Paulo, "ajudou na campanha eleitoral, mas não tinha influência na prefeitura". A Executiva Estadual do PT nomeou Okamoto para a Comissão Eleitoral de 92, com o objetivo de acompanhar as eleições e os primeiros passos da administração de São José dos Campos. Okamoto desafia: "Duvido que algum secretário ou prefeito afirme que fiz intermediação de verbas, negócios escusos ou qualquer outra forma de irregularidade".

A prefeita de São José dos Campos foi pressionada para demitir Paulo de Tarso?

A ex-prefeita de São José dos Campos, Ângela Guadagnin, nega: "Nunca fui pressionada por quem quer que seja a demiti-lo".

Por que então Paulo de Tarso foi demitido?

"Na época da demissão, outros três secretários foram igualmente afastados. Paulo de Tarso demonstrou ter uma personalidade fortemente marcada pela necessidade de chamar a atenção. Esta personalidade difícil o levou em diversas situações a criar problemas internos na equipe e externos com a Câmara e com as demais forças políticas da cidade, gerando até crises de governabilidade. Por estes motivos é que ele foi exonerado", esclarece a ex-prefeita.

Como era o contrato da prefeitura de São José dos Campos com a Siadem?

Era um contrato para serviços de informática. A Siadem tinha sócios em comum com a CPEM, mas operavam em atividades diferentes.

Paulo de Tarso propôs o cancelamento do contrato com a Siadem, em 93, por suspeita de uso de informações reservadas para favorecer a CPEM?

A ex-prefeita Ângela desmente. Segundo ela, a Siadem foi contratada no governo do PRN. Atendendo parecer do próprio Paulo de Tarso, então secretário, o contrato foi renovado em agosto de 93.

A Executiva Nacional foi omissa na apuração das denúncias?

Paulo de Tarso protocolou em cartório, no dia 23 de março de 1995, uma carta com suas denúncias. No dia 24 de abril de 1995 foi aberta a primeira Comissão de Sindicância, formada por Aloizio Mercadante, Gilberto Carvalho, Lauro Marcondes, Luiz Eduardo Greenhalg, Lula e Marco Aurélio Garcia. Gilberto Carvalho diz que "como os acontecimentos evidenciavam que as acusações não procediam, deixamos de convocar uma segunda reunião para resolver de vez o episódio". O presidente nacional do Partido, José Dirceu, reconhece o erro e determinou a instalação de uma segunda Comissão.

Paulo de Tarso compareceu formalmente nas comissões?

Não. Ele faltou na primeira reunião da Comissão, em 95, alegando "doença na família". Faltou também na primeira reunião da segunda investigação. Alegou "uma viagem inadiável".

O PT tentou barrar a apuração das denúncias há dois anos?

O próprio Paulo de Tarso reconhece que o PT não tentou barrar as investigações de irregularidades em São José dos Campos. Segundo ele, Paulo Okamoto lhe respondeu, mais de uma vez, quando foi informado das denúncias sobre a CPEM: " Não tem problema nenhum. Pode ir fundo nas investigações. Não temos nada com isso".

Paulo de Tarso tem provas documentais sobre suas acusações?

Não. Ele admite, na entrevista ao *Jornal da Tarde*: "Eu não tenho como provar isso".

As mentiras do passado

O PT já enfrentou muitas campanhas difamatórias, entre elas: a casa do Morumbi, Leme, Lubeca, Caxias, Abílio Diniz e Oswaldo Cruz. São todos episódios gravados na memória partidária. A mídia, naturalmente, já os esqueceu e nunca pediu desculpas.

• **Casa Morumbi** – 1982. Lula é candidato a governador de São Paulo e reside em São Bernardo do Campo, numa casa adquirida pelo SFH em 1976. Um helicóptero sobrevoa o ABC soltando panfletos afirmando que Lula reside numa casa no Morumbi, símbolo de luxo na cidade de São Paulo. Durante muitos anos, até hoje, há quem continue acusando Lula de viver no Morumbi.

• **Caso Leme** – 1986. Em Leme, interior de São Paulo. Deputados do PT são acusados pela mídia de terem disparado armas de fogo de dentro de seus automóveis provocando a morte de dois trabalhadores. Era mentira. O objetivo era derrotar Eduardo Suplicy, que disputava o governo de São Paulo. Paulo Brossard, ministro da Justiça, e o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, foram à televisão acusar o partido pela morte do canavieiro Orlando Correia e da empregada doméstica Sibely Aparecida Costa.

• **Caso Lubeca** – 1989. Ronaldo Caiado, da UDR, acusa Luiz Eduardo Greenhalgh, vice-prefeito de Luiza Erundina, de receber dinheiro da Lubeca, uma construtora de São Paulo. A mídia transforma a denúncia, que não era acompanhada de nenhuma prova consistente, em grande arma contra Lula, que disputava a Presidência com Fernando Collor. Era tudo mentira. As apurações feitas pela Polícia Federal, inclusive rastreamento de cheques, provaram que o dinheiro do cheque da Lubeca que Caiado mostrou à imprensa foi parar na conta do partido de Delfim Neto. O assunto foi esquecido e Caiado escondeu-se atrás da imunidade parlamentar.

• **Caso Caxias do Sul** – 1989. O PT foi acusado de promover tumulto, provocando o cancelamento de comício de Collor. A mentira foi para as manchetes de todo o País. Depois, foi descoberto que os bademeiros tinham sido pagos pela campanha de Collor para comprometer o PT.

• **Caso Abílio Diniz** – 1989. O temor de que Lula ganhasse o segundo turno de Collor produziu nos dias do pleito outra grande farsa contra o PT. Os sequestradores foram obrigados a vestir camisetas da campanha do PT. Manchetes flagrantemente mentirosas como a do jornal *O Rio Branco*, no Acre, "PT sequestra Abílio Diniz", refletem as denúncias irresponsáveis reproduzidas pela mídia. Terminada a eleição, com os seqüestradores presos, ficou provado que o PT nada tinha a ver com o crime.

• **Caso Oswaldo Cruz** – 1994. Lula disputa novamente a presidência de República. O sindicalista Oswaldo Cruz, presidente do Sindicato dos Rodoviários do ABC, é assassinado e a mídia transforma o fato em campanha contra o PT. O Partido não tem nenhuma responsabilidade sobre o crime e os caluniadores nunca se retrataram.

Documentos

Nota oficial do PT/SC

O Partido dos Trabalhadores de Santa Catarina, diante das notícias veiculadas pela imprensa com acusações de irregularidades no partido, torna pública sua posição.

1. A história do PT mostra o compromisso com a ética, a transparência e a luta intransigente contra qualquer tipo de corrupção. São os trabalhadores - a maioria da população - os maiores prejudicados com as maracutaias daqueles que se utilizam do poder público em benefício particular. Essa marca, reconhecida pela sociedade, mantém-se independente das inúmeras tentativas de fazer do partido apenas mais um, igual àqueles que dominam a política nacional há muitos anos, trocando apenas de nome mas permanecendo com os mesmos vícios. A orientação partidária e, especialmente, a prática de sua militância, forjaram essa qualidade do PT.

2. Coerente com essa história, o PT/SC defende que a Comissão criada pelo partido vá até as últimas conseqüências nas investigações das denúncias feitas por Paulo de Tarso Venceslau. O PT já mostrou, ao longo de sua existência, que não encobre ninguém, mesmo que pertença ao partido. Para o PT, o exemplo começa em casa. É isso, inclusive, que ajuda a garantir a credibilidade do partido diante da população, quando o PT denuncia atos de corrupção.

3. É fundamental ressaltar, contudo, que o referido caso não é novo. Em 1993, Paulo de Tarso levantou as mesmas denúncias. O partido preocupou-se em investigar e nenhuma prova de irregularidade foi verificada Agora, o assunto volta à tona, mas estranhamente sem nenhum fato novo. Esperamos que a imprensa, ao apresentar com ética a questão ao público, exponha também os esclarecimento do partido.

4. Para o PT/SC, além de tudo, preocupa o uso político do episódio, numa tentativa de desviar a atenção da população, seja da compra de votos para a reeleição do presidente da república, seja do escândalo das Letras, que envolve o governo Paulo Afonso. O PT, ao contrário do governo federal e estadual, não tem o que temer e está aberto a qualquer questionamento. Nós não queremos desviar o assunto. Vamos enfrentá-lo firmes como as raízes de nossa ética. Por isso, não admitimos e denunciamos qualquer tentativa de encobrir os escândalos dos governos Paulo Afonso e FHC, transformando mais uma vez o PT no saco de pancadaria de uma elite que se incomoda com a luta, o compromisso social e a coerência de nosso partido.

Florianópolis - 27/5/97

Luci Choinaski, presidente Estadual do PT/SC
Carlito Merss, líder da Bancada Estadual

Nota oficial do PT/RS sobre as denúncias contra o PT

Desde o início das mobilizações populares, em março, seguida da Marcha dos Sem Terra em 17 de abril e das denúncias com provas da compra de votos a favor da emenda da reeleição, o governo vem tentando desviar atenção sobre sua política social desastrada e a corrupção cada vez mais perto de si. Para isso, repete a manobra dos governos anteriores e acusa a oposição, e particularmente o PT e os movimentos sociais, de promover a baderna.

A nova acusação vem de uma denúncia, sem provas, de um filiado do partido sobre um suposto envolvimento de prefeituras administradas por companheiros petistas com uma empresa privada. Estas denúncias já haviam sido feitas anteriormente, internamente, e a Direção Nacional encaminhou sindicância, que não foi conclusiva. O Partido dos Trabalhadores continua a averiguar profundamente as denúncias.

O Partido dos Trabalhadores tem uma história de serenidade do trato da coisa pública, não sendo conivente com qualquer desvio de conduta de qualquer filiado e aqui no Rio Grande do Sul tem destacado sua atuação pela probidade administrativa. A decisão da Direção Nacional em montar uma equipe de averiguação tem integral apoio da direção estadual do PT do Rio Grande do Sul, que coloca toda a sua estrutura para auxiliar neste trabalho neste trabalho.

O PT do Rio Grande do Sul considera que as denúncias que estão servindo, na realidade, para tentar desviar o noticiário, e a opinião pública, dos verdadeiros escândalos de corrupção no País – inclusive provados e confessados – e do desastre social do Governo Federal. Também protesta contra o tipo de jornalismo que se produziu neste terça-feira, 28, no Rio Grande do Sul que busca colocar no mesmo patamar de gravidade denúncias sem provas e corrupção comprovada numa clara intenção de fazer crer que todos os agentes políticos agem da mesma maneira desonesta.

Cabe aos petistas ter o único comportamento possível nesta situação: exigir e auxiliar na apuração a fundo e esclarecimento das denúncias e continuar a mobilização popular contra a má gestão social dos Governos federal e estadual. Já enfrentamos calúnias outras vezes, que se provaram mentirosas, e vamos vencer mais esta infâmia.

O mesmo empenho dedicado à investigação destas denúncias deve ser repetido para a instalação da CPI da reeleição.

Olívio Dutra, presidente do DR/RS

À Comissão Executiva Nacional do PT

Santo André, 22 de maio de 1997.

Tendo sido informado a respeito de matéria na imprensa em que Paulo de Tarso Venceslau volta a fazer acusações contra membros do PT que à época governavam a cidade de São José dos Campos, desejo esclarecer a esta Direção:

1) Em 1993, quando pela primeira vez Paulo de Tarso levantou as acusações, eu era secretário-geral do Partido e, nesta condição, procurei cercar-me das informações que circunstanciavam os fatos por ele apresentados. Com esse objetivo, compareci à própria casa de Paulo de Tarso, passei as informações aos companheiros de direção, bem como, por duas vezes, compareci à cidade de São José dos Campos, onde mantive encontros com a companheira Ângela Guadagnin, então prefeita da Cidade, bem como com outros membros do Governo local.

2) A acusação levantada por Paulo de Tarso tinha um eixo-motivador básico: ele afirmava ter sido demitido do cargo de secretário da Fazenda do município de São José dos Campos por ter denunciado e iniciado processo contra a empresa CPEM (que, segundo ele, teria o apoio de pessoas da direção do PT). Paulo de Tarso exibia farta documentação que, em princípio, demonstrava atos de corrupção praticados pela CPEM.

3) Na discussão com a prefeita e com membros do Governo, a versão era muito diferente: a CPEM já estava no município, contratada pela gestão Pedro Ives (anterior à do PT); a ação contra a CPEM fora uma decisão DE GOVERNO e seria levada até as últimas conseqüências. O afastamento de Paulo de Tarso do Governo de São José prendia-se a razões que nada tinham a ver com este episódio.

4) De posse destes dados, a Comissão Executiva Nacional, instada pelo Presidente do Partido, criou uma comissão que deveria formalizar estas informações, ouvindo as partes e dando seu parecer à Direção.

5) Com este objetivo, convocou-se uma primeira reunião, para a qual foram convidados, além de PAULO DE TARSO, membros do Governo de São José (a prefeita e o novo secretário de Finanças), e as pessoas que Paulo de Tarso dizia envolvidas no episódio. Paulo de Tarso NÃO PÔDE COMPARECER A ESTA REUNIÃO, por estar com uma pessoa da família gravemente enferma.

6) Nesse ínterim, os fatos iam demonstrando que as acusações de Paulo de Tarso careciam de fundamento: o Governo de São José dos Campos levava até as últimas conseqüências a ação contra a CPEM, suspendera todos os pagamentos e aguardava decisão judicial.

7) Por sua parte, Paulo de Tarso passara a usar fartamente os meios de comunicação para fazer ecoar suas suspeitas e acusações: programa de rádio em São José dos Campos, jornais regionais (Folha de S.Paulo-Edição do Vale, Vale-Paraibano) e uma matéria na revista VEJA, cuja fonte é mantida em sigilo ...

8) Cometemos nesse momento um erro formal: como os acontecimentos evidenciavam que as acusações não procediam, e diante de tantas outras preocupações mais sérias, deixamos de convocar uma segunda reunião para resolver de vez, formalmente, o episódio. Não se imaginava, na verdade, que Paulo de Tarso transformaria esta questão numa obsessão, que o levasse a requentar matérias já publicadas tanto tempo depois.

9) Quero assumir assim a responsabilidade, enquanto secretário-geral do Partido à época dos acontecimentos, pelo não-seguimento do processo formal. Mas, com a mesma ênfase, reafirmo a convicção de que as acusações não se confirmavam na realidade dos fatos. Os fatos posteriores e o destino das pessoas envolvidas só reforçam esta convicção. Vale lembrar que a abertura de um processo formal de comissão de ética em nosso Partido só cabe quando haja indícios reais de erros cometidos. Naquele momento, abrir um processo de comissão de ética contra a prefeita, sem base real nos fatos, significaria simplesmente reforçar o cerco irresponsável que ela sofria por parte da ala conservadora local através de seus representantes na Câmara Municipal. Paulo de Tarso preferia visualizar apenas a "injustiça" da qual fora "vítima".

10) Faz bem a Presidência em nomear uma comissão do Diretório Nacional para concluir esse processo inacabado, até para que esta questão não continue sendo usada por certa parte da imprensa, quando interessa tirar da atenção questões de maior importância, como, por exemplo, a corrupção praticada pelo governo FHC. Só lamento que pessoas com um passado respeitável não se dêem conta disso e permitam, com tanta insistência, que suas fixações sejam usadas desta forma. Coloco-me à inteira disposição para o esclarecimento maior dos fatos, bem como para assumir as responsabilidades inerentes ao episódio.

Gilberto Carvalho, membro do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

À CEN

Fui informado que Paulo de Tarso Venceslau encaminhou para a imprensa denúncia que atinge diretamente o companheiro Luiz Inácio Lula da Silva e Paulo Okamoto, onde sou mencionado por ter me omitido diante de tais acusações. Como tenho uma vida marcada pela transparência e ética e esta tem sido a conduta do PT e um patrimônio do companheiro Lula, quero esclarecer que

1) Fui procurado pelo então secretário de Finanças do Município de São José dos Campos com um dossiê que comprometia o desempenho da empresa CPEM nas suas funções de contribuir com a arrecadação de impostos para a referida prefeitura. Esta empresa havia sido contratada pela gestão anterior ao PT, mas o secretário tinha toda razão de defender o rompimento do contrato e requerer indenização da prefeitura e recebeu meu integral apoio;

2) Fui informado que a prefeitura entrou com ação na Justiça contra a CPEM, rompeu o contrato e venceu na Justiça a referida ação indenizatória. O secretário foi afastado de suas funções, um cargo de confiança da prefeita, cabendo a ela explicitar as razões do afastamento, sendo de conhecimento de todos as imensas dificuldades e turbulências que a administração do PT sofreu neste período.

3) Fui procurado por Paulo de Tarso sob a alegação que seu afastamento era decorrente de sua atitude de moralização administrativa e por intervenção direta de Lula, através de Paulo Okamoto. E ainda que a prefeitura retiraria a ação em juízo e restabeleceria o contrato com a empresa após seu afastamento. Procurei ambos, que refutaram a acusação e também é de conhecimento público, desde a campanha presidencial quando esta matéria veio a público, através da revista *Veja*, que isto não ocorreu, jamais foi restabelecido qualquer contrato com a empresa e a prefeitura manteve e venceu a ação na justiça.

4) Recebi vários faxes agressivos de Paulo de Tarso ao longo deste período, alguns referentes à prévia da prefeitura em São Paulo, onde o mesmo afirmava que teria o apoio de Lula e da direção do PT, com "todo o apoio da máquina partidária" em função deste episódio. Como é de conhecimento público perdi a prévia, não tive apoio e não sofri qualquer crítica quanto ao comportamento de meus companheiros de prévia. Não recebi qualquer pedido de desculpas e Paulo de Tarso também não anexou em sua denúncia pública as acusações levianas e infundadas que me fez neste período, quem sabe para continuar documentando sua denúncia.

5) Quero esclarecer também que encaminhei formalmente em reunião ordinária da Executiva Nacional do PT o pedido de constituição de Comissão de Ética, sendo este um direito de qualquer militante e especialmente necessária em um episódio como este, com apoio do secretário-geral, então Gilberto Carvalho, e ao que me consta teria sido formada uma comissão para encaminhar o processo. Sei que nossos compromissos, dificuldades partidárias e precariedade administrativa acabaram não efetivando a comissão de ética. Julgo imprescindível que a mesma seja constituída o mais rápido possível, e que o PT se defenda na justiça, após a apuração dos fatos, para preservar sua identidade de compromisso histórico com a ética e transparência na vida pública.

Do meu ponto de vista, Paulo de Tarso cumpriu seu papel como petista frente à administração municipal, mas não justifica seu comportamento posterior de acusações generalizadas e sem provas, não apenas contra o Lula mas agora contra todos os dirigentes partidários, inclusive os que o apoiaram no enfrentamento da CPEM como fiz juntamente com Gilberto Carvalho na ocasião.

Atenciosamente, 20 de maio de 1997.

Aloizio Mercadante Oliva

P.S. Fui informado que a Executiva já encaminhou a formação de uma comissão de ética e apoio integralmente a atitude.

Em defesa da Ceterp

Na falta de um projeto para a cidade, alguns membros do atual governo procuram desviar o foco de atenção para a luta política com o governo anterior, induzindo a Câmara Municipal a uma investigação sem sentido. Se realmente houvessem dúvidas sobre alguns procedimentos, que se fizesse uma CPI para **apurar os referidos fatos** como, aliás, manda a Lei Orgânica Municipal e não uma CPI destinada a analisar todo um período de governo.

Os argumentos registrados no requerimento que deu origem à CPI, de autoria do vereador Leopoldo Paulino, são frágeis. Todo o processo de abertura de capital da empresa foi acompanhado por uma Comissão de Supervisão, criada pelo então prefeito Palocci e constituída por vários secretários municipal, dentre os quais o atual líder do PSDB na Câmara, José Carlos Porto, que aprovou toda a modelagem de emissão de ações. Também a Câmara Municipal de Ribeirão Preto instituiu uma Comissão especial de Estudos que recebeu e analisou a documentação da transformação da Ceterp em sociedade anônima. **Se a Câmara acompanhou todo o processo, por que só agora algumas pessoas resolveram "denunciar irregularidades"?**

Um argumento utilizado no requerimento que deu origem à CPI é a afirmação do atual presidente da Ceterp, Ruy Salgado, de que as ações foram negociadas abaixo do valor de mercado, um processo denominado *book building*. Tal declaração revela ignorância ou má fé do Sr. Ruy Salgado que deveria saber que todo procedimento foi registrado e acompanhado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - órgão fiscalizador do governo federal. O processo de venda de ações foi amplamente divulgado através da imprensa especializada, de dezenas de reuniões com grupos de investidores, da realização de uma ABAMEC (reunião de todos os analistas do mercado de capitais) e, inclusive, de reuniões no mercado americano.

Alegam os defensores da CPI da Ceterp que a empresa contratou o IDORT - Instituto de Organização Racional do Trabalho - para levantamento do ICMS, sem licitação. Será que eles não sabem que a Lei Federal de Licitações diz em seu artigo 24 que é dispensável de licitação a contratação de instituições de inquestionável reputação ético-profissional que não tenham fins lucrativos, como é o caso do IDORT? O contrato realizado com a Ceterp seguiu um padrão estabelecido pelo IDORT a nível nacional.

Outro argumento dos que defendem a instalação da CPI é de que "nenhum valor da venda de ações foi investido na empresa". Mais uma vez, a afirmação carece de sentido. Não é preciso ser especialista para entender que o dinheiro para investimento na própria empresa deve advir de um **aumento de capital** e não da venda de ações.

E, por último, afirmam a ilegalidade do acordo de acionistas assinado em 1996 pelo ex-prefeito Palocci. **Se referido acordo fosse realmente ilegal, bastaria o seu não cumprimento** pois, conforme a constituição brasileira, ninguém é obrigado a cumprir ato ilegal. Não seria necessário uma CPI para analisar o mérito da questão.

A verdade é que neste último período a Ceterp ampliou seu faturamento anual de R$ 39 milhões para R$ 140 milhões. Duplicou sua planta instalada, passando de 95 mil para 200 mil acessos telefônicos e praticamente dobrou sua produtividade, chegando hoje ao excelente índice de 5 funcionários por mil terminais instalados. Durante vinte e cinco anos a empresa operou - e muito bem - a telefonia em Ribeirão Preto em sistema de monopólio. Agora que o setor entra em uma fase competitiva e a Ceterp terá certamente de enfrentar a concorrência da iniciativa privada, abre-se um processo de CPI pouco e mal fundamentado que, com certeza, afetará negativamente os destinos da empresa. Jogar a Ceterp em uma disputa política é um grave erro que pode comprometer o seu futuro. E tudo isto envolvendo a Câmara em um processo atabalhoado, incluindo uma questionável redução do número de participantes na CPI, quebrando uma tradição deste legislativo municipal.

A bancada do Partido dos Trabalhadores votou favoravelmente à instalação desta CPI, numa demonstração inequívoca de que nada tem a esconder, mas registramos aqui nossas preocupações com todos estes procedimentos, no mínimo duvidosos, envolvendo a empresa e a disputa política.

José Alfredo de Carvalho
Vereador e vice-líder da bancada do PT na Câmara Municipal

Paulo de Tarso Venceslau:

Na década de 60, acompanha a dissidência do PCB que constitui a ALN.

Coordena a organização do Congresso da UNE, dissolvido pela polícia, em Ibiúna. Participa do sequestro do embaixador norte-americano e é aprisionado. Ao sair da prisão, termina o curso de Economia e dedica-se a assessorias e consultorias em empresas privadas e públicas. Neste período trabalha para Hidrobrasileira, de Sérgio Motta, conforme relata a *Folha de S.Paulo* de 1.6.97.

No PT, milita nos diretórios de Santana e Pinheiros. Em 1989, como presidente do DZ-Pinheiros, disputa a Administração Regional de Pinheiros do governo Luiza Erundina. Derrotado, assume a Secretaria de Finanças da Administração Jacó Bittar, em Campinas. Em 1990, depois de um ano na Administração Bittar, Paulo de Tarso sai do governo e assume durante três meses a assessoria política do vice-prefeito e secretário de Governo, Djalma de Souza Bom (hoje deputado estadual), durante gestão de Maurício Soares na Prefeitura de São Bernardo do Campo. Em seguida, até o final do mandato da Administração Erundina, assume a vice-presidência da CMTC. Em 1993, assume a Secretaria da Fazenda de São José dos Campos, na Administração Ângela Guadagnin/PT. Foi demitido em setembro do mesmo ano.

A partir daí, desenvolve trabalhos independentes de consultoria. Em 1996, realiza análise sócio-econômica para o governo Antonio Britto, do Rio Grande do Sul. Ainda segundo a *Folha*, "o economista ensaia a aproximação com o PSDB".

"O que é isso, companheiro? "

1975, ditadura militar, morte do Herzog, tinha 17 anos, não podia votar, mas nem eleição existia para prefeito aqui na Capital.

Até 1978, mais mortes, movimento estudantil ressurgindo, reuniões, passeatas, atos públicos, repressão, cerco e invasões às faculdades. A história do movimento estudantil volta à cena, Vladimir Palmeira, Zé Dirceu, Travassos em fotos, filmes e músicas do Chico Buarque ainda censuradas. Quem não viu Mercedes Sosa, ou pelo menos uma vez Tarancón no TUCA...

E "A luta continua", DCEs, Congresso da UNE, agora sem prisões, movimento pela Anistia (CBA). Foi aí que comecei a trabalhar com o LEG (Luiz Eduardo Greenhalgh), conheci os presos políticos, volta de tantos outros da clandestinidade e do exterior. Travassos, Vladimir e Zé em carne e osso. E aí surgem os metalúrgicos, greves, plantões na Assembléia Legislativa, Igreja de São Bernardo, Lula, sindicalistas. Surge, então, a idéia do Partido, do PT. Conseguimos acabar com a ditadura, enfim, mais que dois partidos.

Reuniões, primeira sede no escritório do Airton. Figuras históricas, Apolônio, Mario Pedrosa. As melhores cabeças pensantes do país.

Tanta gente reunida em torno de uma proposta seríssima, um projeto político, que, trocando em miúdos, traz, na essência, a luta de tantos outros que morreram querendo ver o Brasil sem fome, para que os brasileiros vivam no mínimo com dignidade, saúde e educação. E aí, saímos batendo de porta em porta, no interior e nas cidades, filiando, formando núcleos e diretórios. Naquela época, formar um partido não era tão fácil como hoje. Tantas horas e fins de semana. E foi tanta a luta, que conseguimos transformar essas duas letras PT, numa estrela cujo brilho é visto não só pelos brasileiros, um partido que de tão forte amedronta as elites.

Sei que eu e tantos outros dos bastidores se orgulham de ter deixado essa sigla registrada na história, de ter eleito o PT em várias Prefeituras, inclusive em SP, de ter visto o nosso Lula batalhando para que os brasileiros não tivessem o "medo de ser feliz", e quase chegando "lá".

Nessa trajetória, conheci você, Paulo de Tarso, cujo apelido também é "PT", a mesma sigla de meu partido. Conheci seu passado, suas dores na tortura, suas angústias em ter precisado, durante tantos anos, dar explicações para seus companheiros sobre suas atitudes enquanto militante estudantil. Será que foi isso que o deixou tão amargurado?

E agora vejo você estampado no jornal, misturando seu nome PT com o nome do PT. Leio sua história misturada com estórias, já que sem provas não levam o "h". Tantos dias, você em preto e branco, você colorido em primeira página, tantas páginas, e nunca acabam... Todo dia, é o meu "PT", sempre misturado com você PT, Paulo de Tarso. E aí eu me pergunto: por que você PT, para se prestar a essa papel? Ser usado pela elite para destruir o nosso "PT"? Será que você com todo seu passado não sabe do que eles são capazes? Será que você nem se lembra de tantos fatos recentes? Da mesma Globo, que tentou nos destruir quando estavámos quase chegando lá? E hoje você aparece lá para fazer o mesmo? Nem se lembra das capas de revista para nos derrotar nas eleições, primeiras páginas de manchetes, e quando lemos as matérias em absolutamente nada se relacionam com a notícia? Tantas mentiras, e você sabe que a mídia é poderosa.

E você ainda diz que o PT também é seu, mas eu não acredito. Petista vota em petista, vota no partido. E você sequer votou no Lula em 94. Votou no FHC? E em 96, com essa amargura toda, como eleitor de SP, votou no Zé Dirceu? Tenho certeza que não. Então petista você não é. E o que não me conformo é que eu e tantos outros petistas não temos nada a ver com sua história pessoal. Mas, infelizmente, estamos amargando uma angústia que era só sua, que hoje se transformou numa angústia muito maior, de estarmos diariamente, semanalmente, vendo o nosso PT misturado a tantas mentiras que estão aí dizendo, só porque a elite tem medo de nós. E você sabe que isso, companheiro, eu jamais vou perdoar. E o pior é que sei que essa não é a última contra nós. Mas sei, também, que sairemos de cabeça erguida. Basta ver que o nosso PT é bem diferente de tudo que está aí. Imagine se os outros partidos fariam o mesmo...

Stella Bruna

Adeus, PT

Recuso-me a acreditar, companheiro Paulo de Tarso.

É verdade que, juntos, comemoramos muitas vitórias e choramos muitas derrotas. Você lembra do "day-after" do Congresso de Ibiúna? Lembra do seu desespero assistindo, impotente, a partir do Crusp, a prisão dos mais de 700 líderes estudantis, entre eles o José Dirceu? Eu estava ao seu lado, companheiro Paulo de Tarso. E você lembra quem àquela época já eram nossos inimigos? Lembra dos nossos sonhos de mudar este País?

Pouco tempo depois, nos vimos novamente em nova desventura: a Operação Bandeirantes. Você lembra dos jornais nos quais nos enrolávamos para enfrentar o frio e você tinha a boca rachada de tanto choque elétrico? Lembra do pavilhão 2, do Presídio Tiradentes? Lembra da "Josefina"? Era como chamávamos o pequeno orifício que construímos na parede da cela 16 e pelo qual nos comunicávamos com as companheiras da ala feminina.

Você lembra da sua alegria quando viu seu nome incluído entre os presos que seriam resgatados a troco do embaixador suíço? Lembra da Internacional que cantamos para você e para o Manoel Cyrillo, que também participou do sequestro do Elbrick, no momento de despedida? E da tristeza de recebê-los de volta (a repressão vetou nomes que foram substituídos na lista)? Lembra da amizade entre o meu pai e o seu pai, ex-integralistas, mas que ficaram ao nosso lado durante toda nossa cadeia? E que, já em liberdade, quando nos lançamos no sonho de construir o Partido dos Trabalhadores, foi o meu pai quem fundou o Diretório Municipal de Guaratinguetá, um dos primeiros diretórios do nosso Vale do Paraíba, onde ambos nascemos?

E a nossa festa ao final da greve de fome, quando fizemos o coronel Erasmo Dias dobrar os joelhos diante dos "irrecuperáveis"?

Você ainda se lembra de tudo isto, companheiro Paulo de Tarso? Pois é. Há uma semana estas cenas não saem da minha cabeça. Há uma semana tento afastar na memória a galeria onde figuram os Massafumis e os Lungarettis, que, àquela época, foram para a televisão criticar nossas organizações e dizer que o Jeová, o Benetazzo, a Lola, o Lauri, o Arantes, o Virgílio, o Marighella, o Toledo eram terroristas, bandidos e ladrões de banco! Desculpe, Paulo de Tarso. Mas, não consigo afastar da minha cabeça as imagens do passado. Você não deixa.

Todos os dias você está nos jornais alimentando nossos velhos inimigos contra o PT. Logo cedo, na terça feira, acordei e lá estava você, no Bom Dia Brasil. Será que naquele momento você não se sentiu como aquele companheiro que diante da tortura o reconheceu como sendo o Geraldo do sequestro do embaixador? Mas, você não estava sob tortura, companheiro Paulo de Tarso! Naquela cena, o José Dirceu parecia-se com o Geraldo, alquebrado, diante de um Roberto Marinho todo poderoso. O pior Paulo, era que ele sequer tinha o que esconder. Você não apresentava nenhuma prova contra ele, nem contra Lula e nem contra o PT. Tudo o que você apontava eram apenas ilações e subjetividade.

E eu tive muita pena de você. Estou com muita pena. Onde está o companheiro que conheci, que era amigo do Benetazzo, que foi companheiro de minha irmã? Lembra como ela era importante para nós? Como a liberdade de companheiras e companheiros como ela – irmãos de sangue e de luta – garantia a sobrevivência de nossos sonhos no cárcere? Tudo isto, Paulo, deu no PT. E, apesar das diferenças, da distância que nos afastou depois, eu sempre pensei que, até o resto de nossas vidas, dividiríamos os velhos sonhos e esperanças de um mundo mais justo.

Desculpe-me, Paulo, mas eu não posso acreditar que sejam suas as declarações que tenho visto nos jornais. Por isto eu vou imaginar que, na verdade, você nos deixou na semana passada. Adeus, companheiro Paulo de Tarso.

Celso Horta

IMPRENSA SEM PRECONCEITO

De PT, Serjão e desonestidade

É curiosa, mas eloqüente, a diferença de tratamento que a maior parte do mundo político e da mídia concede aos casos PT e Sérgio Motta, semelhantes na origem.

O que há contra o PT? Há a voz de um militante, Paulo de Tarso Venceslau, acusando o partido de omissão em suposta maracutaia municipal que teria beneficiado o compadre do líder histórico da legenda, Luiz Inácio Lula da Silva.

O que há contra Motta? Há a voz de um então militante do partido governista, o deputado João Maia, acusando o ministro de participar de uma maracutaia em torno da reeleição, em benefício do sócio político do ministro, o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Paulo de Tarso diz, com todas as letras, que não dispõe de "evidências documentais" para sustentar sua acusação. Investigações jornalísticas posteriores tampouco foram capazes de produzir um só documento que corroborasse as suspeitas.

Vale idêntica constatação para o envolvimento de Sérgio Motta na compra de votos para a aprovação da reeleição.

Nessas circunstâncias, e até fato novo, o bom senso, a lógica e um mínimo de honestidade recomendam escolher só uma entre duas hipóteses:

1 – O PT e Motta são igualmente inocentes, até prova em contrário.

2 – O PT e Motta são igualmente culpados, apesar da inexistência, até agora, de "evidências documentais".

Não obstante, o mundo e a mídia governistas tentam cravar uma terceira e absurda hipótese: a de que o PT é culpado, mas Sérgio Motta está acima de qualquer suspeita.

Tanto que os governistas vão ao orgasmo com a sugestão de uma CPI para investigar o PT, mas montam insuperáveis barricadas contra uma CPI para investigar a compra de votos.

Sou capaz de apostar que o massacrante poder do aparelho ideológico e propagandístico dominante conseguirá vender a terceira e desonesta tese.

Clóvis Rossi (reproduzido do jornal *Folha de S. Paulo*, de 30/5/97

Dar nome à farinha

Para quem já foi acusado de quase tudo na vida, pelo menos sob o aspecto, digamos, ideológico, de "comunista" até de estar "à direita de Maluf", acho que não chega a ser um grave problema correr o risco de ser chamado de "petista".

Então, vamos lá.

1 - Duas semanas de investigações sobre o chamado escândalo do PT foram incapazes, até agora, de produzir qualquer prova documental de maracutaia. O que não quer dizer que o partido não tenha errado ao varrer para baixo do tapete as primeiras denúncias sobre o caso Cpem.

2 - Ainda que as denúncias sejam absolutamente verdadeiras, atingem prefeituras do partido, por falta de licitação na contratação da empresa.

Alegar "notória especialização" não apaga o erro, mais ainda no caso de um partido que é o primeiro a gritar "falta" sempre que apanha os adversários no menor deslize.

3 - O que incomoda é, de novo, a diferença absurda de tratamento que parte da mídia concede ao PT e aos demais partidos. Se as prefeituras petistas erraram, o erro passa a ser tratado sob a rubrica geral "escândalo no PT" ou coisa parecida.

Já no caso do governo do Amazonas, é apenas o "escândalo Amazonino (Mendes)", e não o escândalo do PFL, partido ao qual pertence o governador.

Recebido, aliás, com toda a pompa e circunstância quando se filiou ao PFL, não muito tempo antes de eclodir o escândalo da compra de votos, o primeiro da fieira de suspeições que pesam sobre o governador.

As suspeitas sobre a administração Orestes Quércia jamais foram tratadas como "o escândalo do PMDB", assim como, no caso dos precatórios, circunscreveu-se o problema às figuras de cada um dos envolvidos, evitando-se cuidadosamente derramá-lo para as siglas partidárias a que pertenciam.

Se se quer provar que todos os partidos são farinha do mesmo saco, então que nenhum seja poupado.

Clóvis Rossi (reproduzido do jornal *Folha de S. Paulo*, de 3/6/97

QUE BRASIL SERIA ESTE

Cortina de fumaça

Como poetava Antônio Maria, posso não saber por onde vou, mas sei por onde não vou. Não tenho vocação para a política partidária e, por isso, nunca me filiei a partidos, embora seja eleitor do PT, por considerá-lo afinado com as demandas dos setores sofridos e excluídos da sociedade brasileira.

Atividades pastorais, assessorias a movimentos populares e literatura já me ocupam o suficiente para saber que, a esta altura da vida, não tenho qualquer pretensão, exceto a de aprimorar o que faço. Talvez por não dar asas a outras ambições. Fico atento ao alerta de Epicuro, proferido há 2.400 anos: "Nada é o bastante para quem considera pouco o suficiente".

O PT está sob suspeita de corrupção. Não é a primeira vez que surge esse tipo de denúncia em relação ao partido que, ao contrário de outros, procura associar a sua imagem à transparência ética na política. Quem não vê a trave no próprio olho, como sugere Jesus, é capaz de apontar o cisco no olho alheio.

Em casos anteriores, inúmeras denúncias eram infundadas, como ocorreu em relação à administração Luiza Erundina e aos incidentes com os bóia-frias de Leme (SP). Militantes comprovadamente corruptos, como aconteceu no Amazonas, foram punidos e excluídos do quadro partidário. Em outras ocasiões, denúncias provenientes de setores inimigos do partido voltaram-se contra o próprio denunciante. Foi o que sucedeu no caso Lubeca, cuja investigação comprovou a lisura do advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, hoje deputado federal pelo PT-SP.

A diferença é que, agora, a denúncia vem de um militante partidário e atinge diretamente a figura de Lula, fundador e expressão simbólica do PT. O curioso é que diz respeito não diretamente a Lula ou às prefeituras do PT, mas a uma empresa sem nenhum vínculo com o partido. Exceto a suposta ligação contida na denúncia que, levantada há tempos, já devia ter sido apurada. Aliás, por lei, os partidos deveriam ter código e comissão de ética.

Amigo de Lula, com quem convivo há anos no ABC, e companheiro de Paulo de Tarso Venceslau na ALN, na prisão e no trabalho de educação popular, não duvido da integridade pessoal de nenhum dos dois. Nem posso admitir qualquer suspeita em relação a Roberto Teixeira e Paulo Okamoto. E deixo aos psicólogos as diatribes proferidas nessas situações em que disputas políticas avançam sobre a areia movediça de implicações emocionais.

Teixeira é um advogado bem-sucedido e compadre de Lula, a quem quis ceder um de seus imóveis. E o que temos nós a ver com isso? Quantas pessoas de posses cedem seus bens? Por ser isso tão inusitado nessa sociedade, onde tudo tem valor de mercado, inclusive as relações de parentesco (vide as brigas por herança quando o defunto ainda nem esfriou), levanta-se logo uma suspeita.

A questão é simples: no caso das prefeituras, houve corrupção? Houve favorecimento e dispensa de licitações? Ou a denúncia é infundada e, portanto, criminosa?

Não há o que temer na apuração desse caso. É uma excelente oportunidade para o PT comprovar sua transparência ética. Ou extirpar eventuais tumores que corroem seu organismo, caso a denúncia tenha procedência. O que não se pode é tapar o Sol com a peneira.

O PT nasceu como um partido antipartidário, entenda-se, oposto aos modelos tradicionais acostumados ao toma-lá-dá-cá, por baixo dos panos, maracutaias etc. Formado também por militantes oriundos da esquerda, sabem seus quadros que podem perder tudo, até a vida, exceto a moral.

Lula já navegou por mares mais revoltos do que a borrasca que agora tenta afogá-lo. Reviraram sua vida familiar, violaram sua privacidade, expuseram-no à execração pública, como se ele fosse o único político brasileiro de expressão nacional que tivesse um filho fora do casamento. Com um detalhe: o caso dele nem se enquadra em adultério, pois era viúvo.

Por ser ele, hoje, a mais expressiva figura da oposição ao governo neoliberal de FHC, é compreensível que se torne o alvo preferido de todos que temem um eventual efeito anglo-francês nas eleições brasileiras de 1998. Não é mero acaso que a denúncia, feita há tempos, tenha merecido destaque exatamente quando o governo FHC atinge o seu mais baixo índice de aprovação (37% da opinião pública), devido ao desgaste sofrido com o êxito da marcha dos sem-terra, ao crescente desemprego, às críticas da Igreja Católica ao caráter neoliberal do governo, à reação à venda da Vale do Rio Doce, à CPI dos precatórios e à compra de votos para assegurar sua reeleição.

Quem poderia ser o bode expiatório? João Pedro Stédile, acusado de querer incendiar o país, e Lula, culpado de morar na casa que lhe foi cedida por um compadre e de ter fundado um partido que, entre 300 prefeituras sob sua administração, teria três ou quatro mancomunadas com uma empresa particular que presta serviço a dezenas de prefeituras de outros partidos.

"Cada coisa é uma coisa", diz um provérbio popular. Uma coisa é a denúncia de favorecimento de prefeituras petistas à CPEM. Outra é reproduzir o episódio Miriam Cordeiro e, de novo, fazer eco do que dizem aqueles que pretendem minar a força política de quem, partidariamente, lidera a oposição ao governo FHC: Lula e o PT.

A história do Brasil deve muito ao PT. Graças a ele, hoje temos centrais sindicais e movimentos populares organizados. Sem o PT não haveria *impeachment* de Collor, nem administrações populares de prefeituras premiadas pela ONU e a UNESCO. Sem o PT, a Constituição de 1988 não teria certo caráter social. Enfim, sem o PT o Brasil estaria entregue à ditadura do consenso neoliberal daqueles que defendem a paz e não o pão; apregoam a liberdade, mas sem aumento do salário mínimo; e enchem a boca de democracia, desde que o povo não saia às ruas para reivindicar terra, teto e trabalho.

Frei Betto é escritor, autor do romance *Alucinado Som de Tuba* (Ática), entre outros livros

João Bittar/Arquivo-DN

COM uma violenta ditadura militar?

João Bittar/Arquivo-DN

COM as questões sociais *resolvidas* com armas e bombas?

Juca Martins/Arquivo-DN

COM tortura e repressão sangrenta?

Vera Iursys/Arquivo-DN

SEM a organização nas portas das fábricas?

Agência Estado/Arquivo-DN

SEM um torneiro-mecânico ousar a disputa do governo?

Agência Folhas/Arquivo-DN

SEM a mobilização das massas e as greves de 1978 a 80?

Mauro Di Deus/Arquivo-DN

SEM a fundação do Partido dos Trabalhadores?

SEM a aliança trabalhadores-intelectuais por uma sociedade mais justa?

Hugo Scott/Arquivo-DN

SEM o sonho posto nas Diretas-Já?

João Pedro/Arquivo-DN

SEM conhecer a realidade de exclusão e miséria?

Roberto Parizotti/Arquivo-DN

SEM a esperança de ser feliz...

"Tenho total confiança no Lula, coloco – como o Zé Dirceu – minhas duas mãos no fogo por ele. E isto só pode fazer sem medo quem conviveu com Lula na vida particular, sindical e política. Só espero que quando se provar – e vai ser provada – a inocência do Lula e a correção das administrações do PT, a mídia tenha coerência e dê a Lula e ao PT o mesmo espaço que está sendo dado agora para as denúncias."

Vicentinho – Vicente Paulo da Silva, presidente da CUT-Nacional

"Aqui na Diretoria, não temos qualquer dúvida sobre o comportamento do companheiro Lula. Lula é nosso patrimônio ético, de moralidade e de honestidade. Eu não ponho só uma mão no fogo pelo Lula, ponho as mãos e os pés."

Luís Marinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

O apartamento de Lula: novas calúnias

Desta vez, um cidadão afirma ter recebido cheques do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em pagamento ao apartamento que vendera a Lula.

Sem documentos, o *Jornal da Tarde* publica, no dia 31 de maio, a "notícia", com manchete na capa. Quatro dias depois (em 4 de junho), o vendedor do imóvel, Luiz Roberto Satriani, declara ao jornal ter se "enganado", afirmando, agora, que parte do pagamento do imóvel foi feito pelo PT.

Nota do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (ver fac-símile) afirma que não efetuou nenhum depósito na conta de Satriani, ressalta que nunca manteve contato com ele e informa que tomará as medidas judiciais cabíveis para a retratação e punição do autor da denúncia.

A tesoureira do PT, Clara Ant, refuta o conteúdo das declarações de Satriani e enviou ofício ao *Jornal da Tarde* (facsímile acima), em virtude de tal pagamento não constar da contabilidade do Partido.

jornal da tarde
VEJA COMO LULA COMPROU SEU APARTAMENTO
O apartamento de Lula: cheques do PT

Em Defesa do PT

Só o custo gráfico desta edição - 50 mil exemplares - foi de R$ 4.400,00. Colabore com essa despesa. Deposite qualquer quantia: Partido dos Trabalhadores, Banco do Brasil, Agência 3323-5, c/c nº 1313-7, Barra Funda, São Paulo.